

## **O PROBLEMA DA MENORIDADE EM CAPITÃES DA AREIA: UMA ANÁLISE SOBRE AS IMAGENS DA INFÂNCIA DESAMPARADA E OS EMBATES DE CLASSES PRESENTES NA OBRA LITERÁRIA DE JORGE AMADO (1937)<sup>1</sup>**

### **THE PROBLEM OF AGE MINORITY IN *CAPTAINS OF SAND*: AN ANALYSIS OF THE IMAGES OF HELPLESS CHILDHOOD AND CLASS CLASHES PRESENT IN THE LITERARY WORK OF JORGE AMADO (1937)**

*Alex de Lima Ferreira*<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo propõe uma breve análise sobre as imagens da infância desamparada presentes na obra *Capitães da Areia*, publicada pelo escritor baiano Jorge Amado, em 1937. Trazendo questões de raça e classe para o centro da discussão, procuramos demonstrar como o autor não rompe plenamente com o discurso regulador da infância que se estabelecia durante as primeiras décadas do século XX, o qual buscava conduzir especialmente a infância pobre para a esfera do trabalho e para a obediência civil. Ademais, apontamos como a infância não se trata de uma categoria universal, pois é identificada como um conceito histórico, social e economicamente determinado. Representando a infância nos anos 1930, por exemplo, Jorge Amado substitui a noção de pureza da infância pela categoria do menor, um problema a ser enfrentado pelos agentes higienistas do Estado.

---

<sup>1</sup> Utilizamos como referência a primeira edição do livro *Capitães da Areia*, publicada pela editora José Olympio em 1937. Portanto, quando citamos trechos da narrativa, optamos por manter a grafia original vigente à época.

<sup>2</sup> Graduando no curso de História da Universidade Federal do Paraná. Email para contato: axdl.ferreira@gmail.com. Endereço para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8742147448026058>.

**Palavras-chave:** infância desamparada; higienismo; Jorge Amado; literatura.

**Abstract:** This article proposes a brief analysis of the images of helpless childhood present in the work *Captains of the Sands*, published by the Bahian writer Jorge Amado, in 1937. Bringing issues of race and class to the center of the discussion, we seek to demonstrate how the author does not fully tear the childhood regulatory discourse that was established during the first decades of the twentieth century, which sought to lead especially poor childhood into the sphere of labor and civil obedience. Moreover, we point out that childhood is not a universal category, once it is identified as a historical, social and economically determined concept. Representing childhood in the 1930s, for example, Jorge Amado replaces the notion of childhood purity with the category of the minor, a problem to be faced by state hygienist officials.

**Key-words:** helpless childhood; higienism; Jorge Amado; literature.

*Nem o ódio, nem a bondade. Só a luta.*

(AMADO, 1937: 300)

## **Introdução**

A intervenção violenta das autoridades no cotidiano dos habitantes urbanos, segundo o historiador Sidney Chalhoub (1996: 19-45), foi frequente desde as últimas décadas do século XIX e identificada por meio de dois aspectos fundamentais: em primeiro lugar, a assimilação da noção de “classes pobres” como “classes perigosas”, constituintes da mesma “realidade”; e, em segundo lugar, a ideia de que a cidade deveria ser administrada conforme critérios exclusivamente técnicos ou científicos, com uma racionalidade extrínseca às desigualdades sociais. A expressão de “classes perigosas”, explica o autor, passa a ter um significado bastante ampliado após a abolição da escravatura, principalmente para atender ao

projeto de repressão da ociosidade. Diante deste cenário, podemos admitir que todas as condutas passaram a ser racionalmente reguladas em prol da ideologia do trabalho e dos valores abstratos de “civilização” e “progresso”, valores burgueses, mesmo na fase da infância. Para tanto, as classes dominantes contaram com o amplo suporte das instituições disciplinares, como o poder médico, a pedagogia e, essencialmente, os criminalistas.

A ação destes últimos, em recepção aos debates sobre a “natureza” do indivíduo criminoso, especialmente depois da publicação de *L'Uomo Delinquente* por Cesare Lombroso, em 1876, acabou por influenciar até mesmo a promulgação do Código de Menores de 1927 no Brasil (ALVAREZ, 2002). A criminologia, cabe destacar, foi responsável por um redirecionamento do olhar sobre o crime para uma atenção minuciosa à figura do criminoso, considerado a partir de então como um “degenerado”. Neste sentido, os menores "delinquentes" ou em situação de abandono também passaram a constituir uma grande preocupação para o Estado.

Ainda de acordo com Sidney Chalhoub (CHALHOUB, 1996: 23), durante as primeiras décadas do século XX sujeitos pobres foram indistintamente considerados perigosos e vistos a partir de suspeição generalizada da polícia, a qual atuava sempre em defesa da propriedade privada. Negros e “mulatos”, todavia, foram objetos preferenciais da política de repressão. Juntamente pela influência das teorias racistas, tal atitude era corroborada pela mobilização da tese de “suspeição generalizada” na reorganização das relações de trabalho do pós-abolição, como uma estratégia de repressão contínua para manter os indivíduos dentro dos limites da unidade produtiva. Assim a manutenção da “ordem”, neste período, é logo

associada à esfera do trabalho, tendo em vista que a manutenção da produção se fazia um problema significativo para o poder público.

Além disso, as classes pobres também passaram a ser vistas como classes perigosas por supostamente oferecerem perigo de contágio, tanto no sentido de “corrupção” dos menores quanto no sentido literal de propagação das doenças epidêmicas (CHALHOUB, 1996: 29-35). Logo, o diagnóstico do aparato médico-legal acabava então por destacar a nocividade dos indivíduos pobres para a sociedade como “portadores de todos os vícios”. Os pressupostos da Higiene foram empreendidos como uma ideologia, implicando na “despolitização da realidade histórica, a legitimação apriorística das decisões quanto às políticas públicas a serem aplicadas no meio urbano” (CHALHOUB, 1996: 35).

Em suma, a cidade urbana que se “modernizava” pregava uma suposta “neutralidade” da administração pública, acima dos interesses particulares e dos conflitos sociais, mobilizando-se a ação “saneadora” do campo médico-legal, em especial, durante o período republicano. O problema da infância, que viria a formar o futuro contingente de trabalhadores, considerada então como a “riqueza da nação”, constituía um dos principais meios de legitimação do poder médico na política.

Este panorama inicial da eugenia e demais formas de controle social, apresentado até o presente momento, reflete essencialmente os conflitos de classes existentes entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Trata-se de um cenário turbulento, cujas tensões podem ser apreendidas na obra *Capitães de Areia*, romance de autoria do escritor baiano Jorge Amado, publicado em setembro de 1937. O livro, que

inicialmente se chamaria “Bahia” (BOLETIM DE ARIEL, 1937), composto em forma de capítulos curtos no estilo panfletário, centraliza o tema da infância abandonada na cidade de Salvador. Nele, acompanhamos a vivência de um bando de meninos pobres, vivendo em um trapiche abandonado e organizando furtos coletivamente, intitulado-se os “capitães da areia”.

O grupo dos capitães da areia abriga centenas de crianças, mas podemos destacar que a narrativa é formada por oito personagens principais: Pedro Bala, o líder dos capitães e filho de um dirigente sindical assassinado por policiais durante uma greve; João Grande, personagem negro bondoso, descrito como de “bom coração”; Sem Pernas, integrante que possui uma deficiência física nas pernas e alimenta constantemente um sentimento de ódio pela condição de abandono; Professor, que adora ler e pintar, e rouba livros para contar histórias ao grupo, além de representar a figura do intelectual entre os menores; Volta Seca, afilhado de Lampião e que sonha em se juntar aos cangaceiros para vingar-se da morte da mãe; Pirulito, que vive uma relação conflituosa com a violência e procura se redimir através do catolicismo; Gato, malandro vaidoso, que acaba por se tornar um cáften; e Dora, a única personagem do sexo feminino entre os capitães da areia, considerada mãe, irmã e esposa para os meninos — o que constitui uma representação estreita dos papéis atribuídos às mulheres por intelectuais do período.

Jorge Amado apresenta nesta obra tanto o imaginário das elites sobre a marginalidade dos indivíduos da Cidade Baixa de Salvador à época, quanto dos próprios elementos constituintes das classes desfavorecidas, que buscam através da prática do furto um acerto de contas com os afortunados da Cidade

Alta. O primeiro grupo pode ser identificado na representação dos discursos jornalísticos que abrem a trama, em tom sensacionalista e claramente em defesa de um projeto de moralidade aliado aos interesses das classes dominantes. A imagem é reforçada pelo conflito entre os agentes oficiais que deveriam regular a infância abandonada: o diretor do reformatório de menores e o chefe de polícia. Ambos encarregados de “higienizar” a cidade, eliminando ou ordenando os elementos que atentassem contra “a moral e os valores cristãos”. O segundo grupo, mais difuso, destaca-se nos terreiros de candomblé, trazido à tona pelo autor apesar da religião de matriz africana constituir um culto proibido à época, bem como nos dilemas pessoais do padre José Pedro e no discurso de um estivador grevista que havia conhecido o pai do protagonista Pedro Bala.

Neste artigo, buscaremos analisar mais atentamente as diferentes representações da infância desamparada no romance de Jorge Amado destacando, principalmente, como a noção de infância no período de publicação da obra, a década de 1930, era permeada por embates de classes. Dentre os quais, podemos citar a constituição da ideologia do trabalho em combate à ociosidade; a questão da responsabilidade oficial pelos menores abandonados; a identificação do “menor” enquanto delinquente, reforçada pelo discurso higienista; e, por fim, a inclusão das questões sociais no imaginário religioso católico e de matriz africana. Dessa forma, procuramos demonstrar que o conceito de infância deve ser historicizado, pois não se trata de uma categoria determinante e universal. A infância dos menores abandonados que vivem sob o trapiche, tal como é descrita por Amado, é específica do período ao qual o autor balizava a sua escrita.

Assim também desenvolvemos a tese de que a obra pressupõe a remissão dos capitães da areia, crianças colocadas à margem do modelo de infância vigente, pela via exclusiva do labor, o que não afasta por completo a posição do autor da classe dominante. A diferença de concepções, no entanto, encontra-se sobretudo no interesse de Jorge Amado em conceber a infância dos capitães da areia tal qual uma entidade “sindical” — o que é evidente pelo destino recebido pelo personagem principal da trama, Pedro Bala. Porém, antes de abordarmos a análise do conteúdo narrativo em paralelo com o contexto histórico da época a qual o livro foi publicado, apresentaremos um pouco sobre a trajetória do autor e a relação que se faz pertinente entre os campos da História e da Literatura na interpretação das representações literárias.

### **Travessias entre os domínios da História e da Literatura**

Sandra Pesavento (2003 e 2006) esclarece que os campos da História e da Literatura possuem abordagens distintas, porém próximas de dizer a realidade, desvelando-lhe sentidos. O texto literário ficcional compartilha com o conhecimento histórico uma “construção social do passado” como representação, a qual também pode ser percebida na obra *Capitães da Areia*. Devemos então perceber como a narrativa de Jorge Amado evoca uma certa realidade que se fazia presente para o autor e para o público ao qual a obra era direcionada, mesmo contendo elementos ficcionais.

Desse modo, reforçamos que o texto literário ficcional também é um registro privilegiado de temporalidades passadas, especialmente o momento de produção da escrita, pois é capaz de revelar apreensões de mundo, tensões e anseios de toda essa época. Este reconhecimento da utilidade da Literatura

na pesquisa histórica se fez presente na historiografia sobretudo a partir da *Nova História Cultural* dos anos 1970, destacando-se aqui as contribuições do historiador francês Roger Chartier.

Chartier torna-se fundamental na metodologia empregada neste artigo pela noção de *representação*, a qual encena a ideia de uma substituição ou ainda da presentificação de uma ausência. Assim podemos reconhecer que,

No sistema de representações sociais construídas pelos homens para atribuir significado ao mundo, ao que se dá o nome de imaginário, a Literatura e a história teriam o seu lugar, como formas ou modalidade discursivas que têm sempre como referência o real, mesmo que seja para negá-lo, ultrapassá-lo ou transformá-lo (PESAVENTO, 2003: 33).

Levando em considerações os estudos de Chartier, Pesavento demonstra que a Literatura, no espaço privilegiado de apreensão do real, pode inventar um passado ou construir um futuro para melhor explicar-se conforme o momento de fabricação da escrita — aqui, para o tema a ser analisado, nos referimos à década de 1930, mesmo com as ações narradas não constituindo “verdades factuais”. Essa importância de compreendermos o tempo de produção da obra justifica a análise complementar de outras tipologias de fontes históricas para além do próprio texto literário, por exemplo, o uso de fontes jornalísticas. No entanto, conforme também indica Sandra Pesavento (2006), é preciso reforçar que a literatura se impõe não com um “valor de documento”, mas de testemunho para a realidade que buscamos problematizar: a infância desamparada das primeiras décadas do século XX.



**Jorge Amado e as classes pobres de Salvador: o modernismo, a trajetória do autor e a recepção da obra *Capitães da Areia***

Além da análise do conteúdo narrativo, torna-se indispensável discutirmos o que foi o modernismo, movimento literário vigente à época da publicação de *Capitães da Areia* e que traz implicações práticas na vivência do autor Jorge Amado, especialmente em suas críticas alinhadas ao posicionamento de esquerda. O crítico literário João Luís Lafetá (2000) define o modernismo pela complementaridade de um projeto estético, que atua com a experimentação ou revisão da linguagem, com um projeto ideológico, isto é, através da tomada de consciência do país, pelo desejo e busca de uma expressão artística nacional e pelo caráter de classe recorrente em suas produções. Ambas propostas estariam relacionadas em uma tensão dialética frente às transformações sociais ocorridas com a incorporação do processo urbano industrial desde a virada do século XIX para o século XX.

Ainda segundo Lafetá (2000: 19-38), os primeiros anos do modernismo são definidos pela ênfase neste projeto estético, a ruptura com uma linguagem atrelada aos padrões canônicos e acadêmicos, além de conter uma crítica incessante às instituições consideradas, por estes mesmos intelectuais e pela burguesia que os patrocinava, como ultrapassadas. Entretanto, já na década de 1930, localizando-se aqui a publicação de *Capitães da Areia* e demais produções importantes de Jorge Amado, tais como *Cacau* (1933) e *Jubiabá* (1935), afirma-se cada vez mais a consciência da possibilidade ou da necessidade de uma revolução proletária por meio da literatura. Essa segunda fase do modernismo enfatiza então a função da literatura na sociedade, o papel do escritor e as ligações da ideologia com a arte.

Desse modo, o projeto de renovação cultural modernista finalmente “transborda” dos quadros da burguesia, principalmente, em direção às concepções da esquerda, como nas denúncias dos males sociais e nas descrições das condições desumanizantes em que viviam a figura dos múltiplos sujeitos trabalhadores, silenciados em fontes consideradas oficiais (LAFETÁ, 2000: 28). Jorge Amado carrega essa sensibilidade revolucionária ao destacar as demandas sociais e políticas em sua narrativa, contrapondo-as com o discurso dos veículos elitistas da época, principalmente a imprensa, a qual também é *representada* em suas páginas.

O autor Jorge Amado nasceu em 1912, na cidade de Itabuna, interior da Bahia, no seio de uma família de fazendeiros de cacau abastados da região. Vivenciou a infância em Ilhéus, mas fez os estudos secundários no Colégio Antônio Vieira e no Ginásio Ipiranga, em Salvador. Neste mesmo período trabalhou em jornais, que abriram a porta de entrada para a carreira literária. O primeiro romance publicado por ele é intitulado *O país do carnaval*, lançado em 1931. Quatro anos depois, formou-se pela Faculdade Nacional de Direito<sup>3</sup> no Rio de Janeiro. Contudo, devido às suas relações

---

<sup>3</sup> A formação de Jorge Amado em Direito certamente o colocou em contato com as ideias vigentes a respeito da criminologia na época, tanto as tendências da Escola Italiana, composta por Cesare Lombroso, Raffaele Garofalo e Enrico Ferri, quanto da Sociológica de Lyon, constituída por Gabriel Tarde e Alexandre Lacassagne. A primeira tendência percebia a “degenerescência” - compreendida aqui como a corrupção moral do indivíduo para o crime - como resultado de uma condição biológica e atávica do criminoso, possível de identificação por meio de seus atributos físicos. A segunda corrente, por sua vez, acreditava que o “meio social” seria mais determinante neste desvirtuamento. Ambas foram amplamente discutidas e reapropriadas por bacharéis e juristas no Brasil, sobretudo entre a Escola de Direito em Recife, que procuraram refletir sobre as particularidades da sociedade brasileira e sua relação com o crime.

com o Partido Comunista, foi obrigado a exilar-se na Argentina e no Uruguai entre 1941 e 1942, período em que fez uma longa viagem pela América Latina. No ano de 1945 foi eleito membro da Assembleia Nacional Constituinte, na legenda do Partido Comunista Brasileiro (PCB), tendo sido o deputado federal mais votado do Estado de São Paulo. Faleceu no ano de 2001.

Embora tenha sido eleito para a Academia Brasileira de Letras somente em 1961, já na década de 1930 Jorge Amado era um escritor consagrado, aclamado por diversos periódicos específicos da atividade intelectual, os quais apontavam para a popularidade de seus romances, mundialmente traduzidos. Todavia, especialmente com a instauração do Estado Novo, meses depois da publicação de *Capitães da Areia*, recebeu críticas anticomunistas em jornais de grande circulação (CORREIO DA MANHÃ, 1937) e teve cópias de seus livros incineradas e recolhidas pela Comissão de Busca e Apreensão de Livros. Segundo Anne Gama (2015: 53), após este acontecimento, o Jornal Estado da Bahia de 17 de dezembro de 1937 veiculará a seguinte manchete: “Incinerados vários livros considerados propagandistas do credo vermelho”.

### **As múltiplas infâncias desamparadas: entre a narrativa de Jorge Amado e o contexto histórico e social da década de 1930**

*[...] a revolução é uma pátria e uma família.*

(AMADO, 1937:344)

A obra *Capitães da Areia* faz uso dos acervos de representação da infância existentes no momento de sua publicação, isto é, na década de 1930,

antes da consolidação do Estado Novo. Entretanto, reconhecemos que o texto literário certamente não apresenta uma imagem acabada da infância desamparada tal como esta deveria ser para os sujeitos que a experienciaram de fato no período, construindo estratégias de sobrevivência perante a miséria e o abandono. Mesmo assim, a trama narrada por Jorge Amado traz contribuições importantes para problematizarmos os diferentes discursos que foram produzidos sobre a infância nas primeiras décadas do século XX, constituindo uma verdadeira “arena de representações”.

Desse modo, revelam-se, nestas páginas literárias, indícios da marginalidade social em que viviam os menores desamparados, mas não devemos negligenciar o fato de que a obra deve também ser analisada como uma realidade em si mesma. Nessa mesma linha de investigação, discorrendo sobre as representações da infância nas obras de Gilberto Freyre<sup>4</sup>, Marcos Cezar de Freitas oferece o conceito de “violência simbólica” para refletirmos sobre as diferentes imagens da infância que foram construídas pelo pensamento social brasileiro:

Por intermédio das representações do cotidiano da criança e de considerações sobre seu comportamento individual, parte do pensamento social brasileiro tem oferecido ao público leitor e à comunidade de investigadores em geral, um passado refeito como fatalidade, recuperando como único possível e resgatado

---

<sup>4</sup> Cabe notar que existem paralelos da obra *Capitães da Areia* de Jorge Amado com o livro *Sobrados e Mucambos*, publicado um ano antes, em 1936, por Gilberto Freyre. Ambos tratam de representar a infância marginalizada e ambos aderem à construção de arquétipos contrastantes. Freyre também é equiparado a este livro que analisamos, em sua primeira edição, pela escolha da editora José Olympio em publicar ao mesmo tempo o livro “Nordeste”, antes do primeiro capítulo dos *Capitães da Areia*.

como o “campo do acontecido de forma inevitável” (FREITAS, 1997: 255).

Através dessa citação, não desejamos aqui relativizar a violência física e a exploração às quais foram submetidas a infância do período analisado e que são representadas por Jorge Amado. Contudo, assim como Freitas aponta para a naturalização da violência como fatalidade nas representações da infância propostas por Gilberto Freyre, por meio de arquétipos bem definidos das crianças da sociedade patriarcal e escravocrata — a criança como anjo, demônio, parceiro do folgado do senhor e senhor do folgado do escravo (FREITAS, 1997: 260-261) —, também identificamos essas táticas narrativas na obra de Jorge Amado.

Para Freitas, tais representações preconizam reconciliações da infância com a sociedade, assumidas pela autoridade intelectual que disserta em seu nome, enquanto a infância permanece em sua significação epistemológica com a ideia de ausência de fala. No trabalho da pesquisa histórica, também caímos nesta armadilha de “dizer” em nome daqueles que tiveram suas vozes abafadas pelo tempo, principalmente pela falta de registros oficiais. Dessa forma, seguimos permeando os jogos das representações construídas pelos intelectuais da época, como Jorge Amado. Um jogo sádico se pensarmos que também estamos tomando a fala por estes sujeitos, analisando-os numa fonte literária que se encarregou desse mesmo lugar de “discursar pela infância”.

Jorge Amado apresenta um quadro bastante similar ao de Freyre, definindo personagens por certa “bondade natural”, como Dora e João Grande, e, com a “perversidade inevitável”, incorporada principalmente em

Volta Seca e Sem Pernas. Mas também complexifica essa representação ao diluir ambas as características em Pirulito e no próprio personagem principal da trama, Pedro Bala. A perversidade é entendida na narrativa como natural devido ao sofrimento de classe que logo cedo é concedido aos indivíduos pobres do espaço urbano de Salvador.

Contudo, a obra acaba por produzir um discurso que não rompe completamente com as concepções da elite branca e masculina sobre a infância. Discurso este que era atrelado a uma intenção disciplinadora, procurando moldar a infância para o trabalho e para a obediência civil. A constituição da família nuclear moderna, higiênica e privativa, como aponta a historiadora Margareth Rago (2014: 117-146), antes mesmo da necessidade econômica, procurava difundir o apego ao trabalho como um valor fundamental para evitar a formação de futuros criminosos ou contestadores da ordem social.

Nas primeiras décadas do século XX, o discurso regulador da infância intensifica-se então perante o mesmo contexto de constituição do mercado de trabalho livre. É também nesse momento que surgem as primeiras instituições de assistência e proteção à infância desamparada, preocupadas em “livrar” as crianças das ruas e instituir um certo adestramento dos corpos e das mentes:

Enclausurar a criança pobre nos espaços disciplinares dos institutos profissionais ou das escolas públicas apareceu como a maneira mais eficaz de adestrar e controlar um contingente potencialmente rebelde e selvagem da população, aos olhos dos médicos, filantropos e da classe dominante como um todo. Na verdade, a preocupação policial de luta contra a vagabundagem e a pequena criminalidade urbana esteve na origem da criação

das instituições de sequestro da infância, antes mesmo da preocupação econômica de formação de novos trabalhadores para a indústria (RAGO, 2014: 122).

Jorge Amado segue o mesmo discurso disciplinar quando trata de indicar o labor como única via de redenção dos menores “delinquentes” em *Capitães da Areia*. Mesmo com a intenção de promover a luta de classes - o fim ideal do protagonista Pedro Bala -, que seria mediada através do sindicalismo e conduzida por jovens intelectuais, o autor não deixa de reproduzir o modelo narrativo no qual a infância pobre é preparada para a maturidade que sustenta a esfera da produção.

Sobre a naturalização da violência na narrativa, o episódio mais explícito diz respeito a descrição do estupro de uma garota negra por Pedro Bala, justamente o líder dos Capitães e personagem principal da história. Após descobrir sobre o passado grevista de seu pai, embebido por um dever de algum dia também lutar pelos direitos dos trabalhadores, o personagem "herói" resolve “caçar” alguma jovem racializada que anda desprotegida no areal. A garota encontrada por ele, que tem a mesma idade do personagem, cerca 15 anos, mas não possui nome na trama, faz de tudo para se livrar do seu agressor.

Devemos destacar que a narrativa não questiona este acontecimento, mesmo o descrevendo brutalmente, e acaba sendo algo passageiro e não lembrado em outras partes do livro. É um ato praticamente justificado pelo autor através do ódio de classe que se formava no personagem Pedro Bala, uma consequência lógica daquilo que este sentia em sua condição habitual de abandono. O episódio retrata, porém, como a infância de garotas negras era constantemente ameaçada no espaço público da década de 1930,

pois a prática do estupro representava a iniciação sexual de meninos como os capitães da areia e uma prova de masculinidade.

Corpos de mulheres/meninas negras são tomados na trama e na realidade extraliterária como um “convite” (AMADO, 1937: 240), corpos descartáveis, especialmente para homens brancos e desde a infância. O “amor romântico” na narrativa só é permitido entre os personagens heterossexuais e brancos, como a relação entre Pedro Bala e Dora, ambos com os mesmos fenótipos de cor de pele clara e cabelos loiros. Aqui, podemos recordar que também há passagens do livro em referência à prática da “pederastia”<sup>5</sup>, com trocas de afetos entre dois personagens negros, mas um deles acaba por entregar o próprio companheiro para ser expulso do trapiche e entregue às delegacias de higiene.

O capítulo “As luzes do Carrossel”, em especial, também merece destaque na questão de como a infância do período é representada por Jorge Amado. Nesta parte do livro, o narrador anuncia que, em passagem pelas ruas de Salvador após uma “triste peregrinação” pelo interior de Alagoas e Sergipe, o Grande Carrossel Japonês, na verdade um velho carrossel nacional já desbotado e desgastado pelo tempo, atrai a atenção dos Capitães da Areia. Outrora orgulho da cidade de Maceió, o brinquedo que fazia parte do parque de diversões de Nhozinho França, frequentado por crianças ricas — garotos vestidos de marinheiros ou pequenos lordes ingleses e meninas trajadas de holandesas ou de finos vestidos de seda —, rodopia novamente suas luzes e cores pelo trabalho de Sem Pernas e Volta Seca.

---

<sup>5</sup> Termo utilizado pejorativamente na época para designar a relação sexual e afetiva entre o mesmo sexo, especialmente o sexo masculino.



Descritos como os mais violentos da trama, pois acumulam ódio e rancor pela situação de miséria e abandono em que vivem, estes personagens recuperam momentaneamente suas infâncias como ajudantes no funcionamento do carrossel. Este é o único lugar da narrativa em que os meninos abandonados e desamparados pelo Estado são retratados realmente como crianças, condição que é acessada por meio do elemento lúdico materializado.

Sem Pernas, que não vivenciara o carinho de uma família, ameniza a condição de abandono quando é autorizado por Nhozinho França a andar no carrossel pela primeira vez:

Os lábios estão apertados, seus ouvidos não ouvem a musica da pianola. Só vê as luzes que giram com ele e prende em si a certeza que está num carrossel, girando num cavalo como todos aqueles meninos que têm pae e mãe, e uma casa e quem os beije e quem os ame. Pensa que é um deles e fecha os olhos para guardar melhor esta certeza. Já não vê os soldados que o surraram, o homem de colete que ria. Volta Seca os matou na sua corrida. O Sem Pernas vae tezo no seu cavalo. É como se corresse sobre o mar para as estrelas na mais maravilhosa viagem do mundo (AMADO, 1937: 91).

Nesta mesma passagem é também apresentado o padre José Pedro, que conquistara a admiração dos Capitães da Areia quando se aproximou deles na tentativa de encaminhá-los para a doutrina do catolicismo, mas enfrenta uma certa desilusão ao perceber como a Igreja não se coloca em defesa dos interesses dos mais pobres. O padre conclui que é impossível converter uma criança abandonada, pois o furto acaba sendo a sua única forma de sustento. No capítulo, o clérigo convida o grupo de meninos para visitar o carrossel porque acredita que desta forma poderia afastá-los mesmo por uma noite dos

vícios da criminalidade. Mas como não possui financiamento para tal ato de generosidade, acaba por desviar dinheiro de uma despesa da paróquia onde se mantém, mesmo encontrando o dilema de pensar esta ação como um pecado. Admirados com a bondade do padre, os meninos recusam e explicam que já poderiam rodar no carrossel pelo trabalho de Volta Seca e Sem Pernas, e convidam o padre para observá-los no controle das máquinas e na atração do público.

Entretanto, o passeio é interrompido, pois mesmo quando recorrem a este espaço de sociabilidade de forma honesta, os Capitães da Areia são rejeitados pelos membros endinheirados da cidade que ali frequentam e que não querem compartilhá-lo, como se os sujeitos pobres não tivessem o direito de experimentarem a infância e nem o espaço público.

O narrador ainda relata que mesmo antes de Volta Seca trabalhar para Nhozinho França, o menino já havia tentado adentrar a um carrossel instalado no Passeio Público, comprando o seu próprio bilhete, porém, não tivera sucesso. Fora expulso do recinto por estar vestido de farrapos, restando ao garoto incorporar a figura do ladrão e assaltar a bilheteria, com toda a sua raiva, embora preferisse ter rodado no carrossel. Quando o padre José Pedro acompanha os meninos no carrossel que é manuseado por Volta Seca e Sem Pernas, uma velha magra ornamentada com um *lorgnon* de ouro e um *barret*, símbolos de sua classe abastada, insinua descaradamente que aquelas crianças maltrapilhas não deveriam ocupar o parque e nem estar na companhia do padre:

— O senhor não se envergonha de estar nesse meio, padre? Um sacerdote do Senhor? Um homem de responsabilidade no meio desta gentilha.

— São creanças, senhora.

A velha olhou superiora e fez um gesto de desprezo com a boca. O padre continuou:

— Cristo disse: deixai vir a mim as creancinhas...

— Creancinhas. Creancinhas. — cuspiu a velha.

— Ai de quem faça mal a uma creança, falou o Senhor. — e o padre José Pedro elevou a voz acima do desprezo da velha.

— Isso não são creanças, são ladrões. Velhacos, ladrões. Isso não são creanças. São capases até de ser dos Capitães da Areia.. Ladrões

— repetiu com nojo (AMADO, 1937: 106).

Mas é ocupando este espaço que os Capitães da Areia, ainda que brevemente, se sentem acolhidos e pertencentes à cidade, iguais a outras crianças. Esquecem assim da segregação de classe cotidiana a qual são submetidos, bem como do meio da criminalidade a que são obrigados a vivenciar devido às condições de miséria, desamparo e abandono social:

Pela madrugada os Capitães da Areia vieram. O Sem Pernas botou o motor para trabalhar. E eles esqueceram que não eram iguaes ás demais creanças, esqueceram que não tinham lar, nem pae, nem mãe, que viviam de furto como homens, que eram temidos na cidade como ladrões. Esqueceram as palavras da velha de *lorgnon*. Esqueceram tudo e foram iguaes a todas as creanças, calvagando os ginetes do carrossel, girando com as luzes. As estrelas brilhavam, brilhava a lua cheia. Mas mais que

tudo brilhava na noite da Bahia as luzes azues, verdes, amarelas, vermelhas do Grande Carrossel Japonez (AMADO, 1937: 107).

Entretanto, nas dificuldades diariamente enfrentadas pelos meninos e na falta da constituição de uma família, especialmente do papel da mãe que na época, segundo o discurso higienista e patriarcal, lhe encarregava de formar o “futuro” cidadão, o grupo dos Capitães da Areia não é imediatamente reconhecido como pertencente à infância. Na concepção do autor/narrador, apesar das faixas etárias, estes personagens eram iguais a outros homens, já maduros por conviverem no espaço público da cidade, apesar dos constantes embates de classes que os rejeitavam deste lugar:

Não seriam meninos toda vida. Bem sabia que eles nunca tinham parecido creanças. Desde pequenos, na arriscada vida da rua, os Capitães da Areia eram como homens, eram iguaes a homens. Toda a diferença estava no tamanho. No mais eram iguaes: amavam e derrubavam negras no areai desde cedo, furtavam para viver como os ladrões da cidade. Quando eram presos apanhavam surras como os homens. Por vezes assaltavam de armas na mão como os mais temidos bandidos da Bahia. Não tinham também conversas de meninos, conversavam como homens. Sentiam mesmo como homens. Quando outras creanças só se preocupavam com brincar, estudar livros para aprender a ler, eles se viam envolvidos em acontecimentos que só os homens sabiam resolver. Sempre tinham sido como homens, na sua vida de miséria e de aventura nunca tinham sido perfeitamente creanças. Porque o que faz a creança é o ambiente de casa, pae, mãe, nenhuma responsabilidade. Nunca eles tiveram pae e mãe na vida da rua. E tiveram sempre que cuidar de si mesmos, foram sempre os responsáveis por si. Tinham sido sempre iguaes a homens (AMADO, 1937: 310-311).

Os Capitães não pertenciam ao modelo ideal de infância proposto pelas elites, que deveria se adequar à “formação cidadã”, com a educação cívica e moral. Desse modo, meninos com trajetórias semelhantes a estes personagens constituíam os alvos preferenciais do discurso higienista que associava infância abandonada à criminalidade (SANTOS, 2010). Essa tese era fortemente defendida por Leonídio Ribeiro, fundador da Biologia Infantil e ganhador do prêmio Lombroso de 1933.

A historiadora Mariza Corrêa, ao analisar a infância dos anos 1930, cita uma conferência de Ribeiro realizada em abril de 1937<sup>6</sup> em Lisboa e que tinha por título “A infância e o crime”. Tal articulação levava a transformação da categoria de “menor” em sinônimo de “delinquente”, quadro que no Brasil já era delineado pelo Código de Menores outorgado em 1927 e por uma série de iniciativas corporativistas do Estado Novo, sob o controle dos campos da educação, saúde pública e punição. Segundo Corrêa,

As crianças da categoria dos 14 aos 18 anos, desde então numa espécie de limbo legal, serão transformadas em menores, e os estabelecimentos especiais destinados a elas, bem como os agentes sociais que delas deveriam se encarregar, passam a ser objeto da atenção de médicos e juristas, de psicólogos e pedagogos. E, ainda que houvesse algumas divergências a respeito do modo como deveria se distribuir o peso desse

---

<sup>6</sup> Provavelmente Jorge Amado acompanhou debates semelhantes sobre a infância abandonada enquanto um problema social, com tendências para o vício e para a criminalidade, propostos por autores higienistas. Discursos equivalentes são logo anunciados nas representações dos jornais da época que abrem as páginas do livro *Capitães da Areia*, lançado em setembro de 1937. A imprensa pode ser percebida como um veículo de difusão dessas teses, que eram declaradas pelas elites e transpostas para o imaginário das classes mais desfavorecidas por meio da linguagem sensacionalista sobre furtos e contaminações epidêmicas.

cuidado, ora com ênfase no Estado, ora na sociedade, ora na Igreja, conforme a inserção dos vários agentes envolvidos no debate, em dois pontos cruciais parece ter havido concordância entre eles: primeiro, a questão do menor abandonado era também uma questão de sua institucionalização, e, em segundo lugar, os agentes preferenciais nesse cuidado institucional seriam mulheres (AMADO, 1937: 84).

Essa institucionalização da questão da infância desamparada, que refletia um conflito entre diferentes setores da sociedade sobre a responsabilidade legal do problema, também é descrita na hostilidade entre o chefe de polícia e o diretor do reformatório de capitães da areia, contrapostos de modo ficcional na redação do “Jornal da Tarde”, que abre a narrativa. O texto chamava a atenção pública para os meninos “ladrões” e acabava por envolver a igreja.

Ademais, Cesare Lombroso, principal defensor da tese da criminalidade enquanto um fenômeno físico e hereditário (SCHWARCZ, 2005), é diretamente citado pelo diretor do reformatório quando este finalmente consegue deter Pedro Bala na trama: “E’ o chefe dos taes de “Capitães da Areia”. Veja... O tipo do criminoso nato. É verdade que você não leu Lombroso... Mas se lesse conheceria. Traz todos os estigmas do crime na face.” (AMADO, 1937: 260). Há aqui uma faceta do higienismo à brasileira. Jorge Amado revela a adaptação da teoria do médico italiano com a realidade social do Brasil, pois Pedro Bala é descrito como branco, de olhos claros e loiro. Logo, o que demarca a sua “degenerescência” e sua predisposição natural para o crime não são os traços “mestiços” inscritos em seu corpo, mas a condição de classe.

A narrativa cita uma passagem que dá a entender que o personagem é fruto de uma relação fracassada de duas classes sociais distintas, filho do estivador grevista da Cidade Baixa conhecido como "Loiro" e filho de uma mulher de família abastada da Cidade Alta. Seria esta a origem familiar de Pedro Bala, mas que em sua orfandade e miséria, acaba por aceitar que a “revolução é uma pátria e uma família” (AMADO, 1937: 344).

Nessa breve análise de *Capitães da Areia*, percebemos como a infância do período, *representada* por Jorge Amado, é controlada e negada ao mesmo tempo pelo Estado e pelas classes dominantes, especialmente por via das teses higienistas. Contudo, os sujeitos personificados nesta história literária e silenciados pela falta de fontes oficiais, certamente desenvolveram estratégias de sobrevivência a este cenário, que podem ter sido semelhantes a alguns elementos da narrativa. A prática de furtos e “malandragem” na ocupação do espaço público, a adoção e manipulação do imaginário religioso sobre problemas sociais (tanto do catolicismo quanto da matriz africana, que apesar de popular ainda era proibida na época), ou, ainda, a heroicização do banditismo social, o cangaço de Lampião, invariavelmente refletiam uma série de tensões entre classes que demarcavam a agência histórica de indivíduos constantemente excluídos desde a menoridade.

### **Considerações finais**

A infância trata-se de um conceito não somente histórico, mas social e economicamente construído e determinado. As estruturas de exploração e de desigualdade julgam quem deve ser criança. O que observamos ao longo deste artigo é que a categoria “criança” não é universal. Não se aplica a todos os menores de idade, de maneira homogênea. Em *Capitães da Areia*, a

infância está destinada àqueles que estão dentro de seus lares, em famílias tradicionais, de classe média. Os meninos do trapiche, no entanto, são lidos socialmente a partir da categoria do menor, sendo desprezados pela sociedade, sofrendo com a dura repressão policial que age em prol da harmonia.

Logo, a “pureza” da infância é derivada da situação social da criança e o conceito atua a partir da estrutura de descaso e abandono deixadas pelo pós-abolição e pelas políticas higienistas, vigentes durante a Primeira República e o Estado Novo. O abandono, então, torna-se uma constante na narrativa de Jorge Amado, que trata de justificar a criminalidade experienciada pelos meninos do trapiche em meio a miséria: “Por isso na beleza do dia Pirulito mira o céu com os olhos crescidos de medo e pede perdão a Deus tão bom (mas não tão justo também...) pelos seus pecados e os dos Capitães da Areia. Mesmo porque eles não tinham culpa. A culpa era da vida...” (AMADO, 1937: 144).

### **Fontes Primárias**

AMADO, Jorge. *Capitães da Areia*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1937.

“BAHIA”. *Boletim de Ariel*, Rio de Janeiro, mar. 1937. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/072702/1536>>. Acesso em: 02 nov. 2021.

“DA INTENÇÃO EM LITERATURA”. Carlos Maul. *Correio da Manhã*, 23 set. 1937. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/089842\\_04/42586](http://memoria.bn.br/DocReader/089842_04/42586)>. Acesso em: 01 nov. 2021.

### **Referências Bibliográficas**



ALVAREZ, Marcos César. A criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais. DADOS – *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 45, nº 4, 2002, pp. 677-704.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

CORRÊA, Mariza. “A cidade de menores: uma utopia dos anos 30”. In. FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *História Social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

FREITAS, Marcos Cezar de. “História da infância no pensamento social brasileiro. Ou, fugindo de Gilberto Freyre pelas mãos de Mário de Andrade”. In. FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *História Social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

GAMA, Anne Micheline Souza. *Capitães de Salvador: as representações do urbano e das relações sociais na obra Capitães da Areia de Jorge Amado*. 2015. 136f. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2015. Disponível em: <<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/499>>. Acesso em: 01 nov. 2021.

LAFETÁ, João Luiz. *1930: a crítica e o modernismo*. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2000.

PESAVENTO, Sandra J. História & literatura: uma velha-nova história. In: *Revista Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, 2006. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/1560>>. Acesso em: 02 nov. 2021.

PESAVENTO, Sandra J. O mundo como texto: leituras da História e da Literatura. *História da Educação*, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 14, v. 7, p. 31-45, set. 2003. p. 32.

RAGO, M. “A colonização da mulher II”. In. *Do cabaré ao lar: a utopia da sociedade disciplinar e a resistência anarquista* (1890-1930). 4a ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. “Criança e criminalidade no início do século XX”. In. DEL PRIORE, Mary. *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010.

SCHWARCZ, Lilia. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e pensamento racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Recebido em: 30/01/2022

Aceito em: 20/05/2022